

Memória da reunião do subgrupo "Enfrentamento à Precariedade"

Data: 27/11/2017

Presentes:

Emplasa: Fernanda

Sincohab: Flavio Carneiro

Para: a.vivaquitauna@gmail.com; deplan@santaisabel.sp.gov.br; familia_mundonovo@hotmail.com; Flavio Carneiro; gabinete.habitacao@carapicuiiba.sp.gov.br; guildsv@gmail.com; msouza@cdhu.sp.gov.br; mwertheimer@sp.gov.br; mrudge@cdhu.sp.gov.br; planejamentosisabel@gmail.com; plantao.sasc@hotmail.com; sec.plan@itapevi.sp.gov.br; sincohab@hotmail.com; tercio.monteiro@hotmail.com; abarbon@cdhu.sp.gov.br

Assunto: reunião subgrupo precariedade

Confirmando nossa reunião do subgrupo "precariedade" para **segunda-feira, dia 27 de Novembro, às 14:30 h.**

Local: sala de reuniões da Emplasa - Rua Boa Vista 150 - 1o. andar

A pauta é:

1. Discussão de encaminhamento das propostas recebidas pós audiências públicas e formulação das propostas estruturadas. Em relação a este ponto, a CDHU já fez uma proposta que será apresentada na reunião

Pauta:

Item 1. Apresentação da proposta da CDHU, com base nas propostas estruturadas do Caderno Preliminar de Propostas e discussões posteriores desse subgrupo, incorporando propostas das audiências públicas.

Proposta de redação:

B: Habitação e Vulnerabilidade Social

Esta proposta estruturada contempla discussões nos GT's e P-53; P-118, P-119, P-153, P-184, P-247, P-260 e incorpora diversas propostas recebidas a partir das audiências públicas.

PE-005 - Elaborar Plano de Desenvolvimento Habitacional para a Região Metropolitana de São Paulo articulado com a gestão de recursos hídricos, de saneamento, de redução de riscos e, portanto, considerando as questões socioambientais além das tendências e planos de desenvolvimento socioeconômico.

Detalhamento da Proposta:

O Plano de Desenvolvimento Habitacional a ser desenvolvido através de parceria entre órgãos setoriais estaduais e municípios, sob coordenação da Secretaria Estadual de Habitação e articulação do Órgão Metropolitano, visa aprimorar e fortalecer a política habitacional com a indicação de diretrizes e prioridades de atuação em todo território da Região Metropolitana de São Paulo. Deverá contemplar:

- a) Identificação e qualificação das necessidades e demandas habitacionais através da elaboração e atualização de diagnósticos, bem como, da análise de outras informações de fontes secundárias, por exemplo, cadastros;
- b) Definição de modelos de intervenção adequados às diferentes necessidades e demandas identificadas;
- c) Definição de prioridades de ação com identificação de sua localização, dos recursos necessários e potencialidades para o desenvolvimento habitacional sustentado tanto nas áreas urbanas como rurais;
- d) Ampliação e fortalecimento das ações relativas às Políticas de Regularização Fundiária e Urbanística
- e) Fomento ao Uso de técnica de construção sustentável e trabalho social na produção de HIS tanto nas áreas rural quanto nas urbanas;
- f) Definição de metas ao longo do tempo;
- g) Uniformização de informações territoriais, cadastro de demanda por moradia, com caracterização das famílias; registro de atendimentos, com indicação da modalidade¹.
- h) Uniformização dos critérios de atendimento e priorização na Metrópole;
- i) Eventuais diretrizes para elaboração ou revisão dos Planos Municipais de Habitação;
- j) Bases para o monitoramento e avaliação das ações habitacionais²;

JUSTIFICATIVA

¹ Ver PE-035. Avaliar na formatação final se mantém aqui.

² Acrescentar algo (K) sobre Risco e Política para mananciais ?

A RMSP apresenta a maior concentração de problemas habitacionais do Estado de São Paulo. De acordo com os dados do "Diagnóstico dos Assentamentos Precários da Macrometrópole Paulista" do CEM/Cebrap (2013), cerca de 800 mil unidades residenciais localizam-se em assentamentos precários, significando mais de 2,8 milhões de pessoas (14,5% da população da região). Há uma distribuição desses assentamentos em toda a RMSP, muitos deles ultrapassando os limites de apenas um município. Na dinâmica socioeconômica da região até mesmo as atividades cotidianas - trabalhar, estudar, buscar atendimento médico – não ficam necessariamente restritas ao município de moradia. Há, portanto, necessidade de que a questão habitacional seja abordada de forma conjunta para alcançar maior efetividade.

PE-006

Esta proposta estruturada contempla discussões nos GT's e P-35, P-115, P-151, P-231, P-245 e incorpora diversas propostas recebidas a partir das audiências públicas

PE-006 - Estabelecer um modelo de gestão para a questão habitacional que garanta a articulação intersetorial e territorial.³

DETALHAMENTO

O modelo de gestão deve garantir nas operações:

- a) Articulação, desde a etapa de concepção das intervenções, entre os órgãos e entidades da administração pública setorial e os municípios envolvidos;
- b) A definição e formalização de responsabilidades dos entes envolvidos;
- c) Planejamento antecipado e adequado das ações que envolvam demandas por moradia - reassentamento das moradias afetadas de acordo com a resolução da SEH
- d) Que a concepção e implementação das ações sejam condicionadas por:
 - Reconhecimento, por meio de diagnóstico físico e social, das condições originais da população e do território atingido pelas ações dos projetos de intervenção,
 - Estratégias visando, sempre que possível, a diversidade de soluções de atendimento habitacional acessíveis à população beneficiária,
 - Elaboração de plano geral e operacional,
 - Previsão e viabilização de fontes e montantes de recursos necessários.

JUSTIFICATIVA

³ Se o modelo de gestão para habitação fizer parte do Plano. Caso contrário, este item deve constar em Temas Relevantes.

A implementação do Plano de Desenvolvimento Habitacional depende de ações e operações de diversos agentes e distribuídas ao longo do tempo. Portanto a articulação institucional e territorial é premissa para seu adequado desenvolvimento e deverá contar com mecanismos efetivos que garantam sua continuidade ao longo da execução das ações e operações previstas.

Observação: Entende-se que a questão de monitoramento do PDUI deve ser mantida em capítulo específico. Consta da PE-035, no Caderno Preliminar de Propostas, conforme abaixo⁴. Assim, não há necessidade de nova proposta estruturada.

No Caderno Preliminar de Propostas em "Propostas – Temas Relevantes (página 81)

Proposta Estruturada: contém as propostas de nº P-35, P-70, P-80, P-116, P-153, P-160, P-161, P-184, PSC-26

PE-035 – Elaboração de um sistema de monitoramento metropolitano, que servirá para o acompanhamento do PDUI e como base de dados comuns em diferentes temas de relevância metropolitana. Outras questões podem se somar a essas durante a elaboração do Plano.

Proposta detalhada: Na elaboração e detalhamento do PDUI pode surgir a necessidade de acompanhamento para temas diversos. Dentre as questões já elencadas que necessitam de uma base de dados metropolitana se destacam:

- a) Sistema de informações para o produtor rural metropolitano.
- b) Mapeamento digital de cobertura vegetal.
- c) Subsídios para a política habitacional, com o mapeamento de assentamentos informais e áreas de risco; cadastro de demanda por moradia, com caracterização das famílias; registro de atendimentos, com indicação da modalidade.
- d) Mapeamento do potencial minerário.
- e) área de proteção das bacias.

Redes de água e esgoto é possível e desejável?

Justificativa

⁴ Se aceita a sugestão, deverá ser atualizada no Caderno Final de Propostas.

A falta de uma base de dados comum padronizada prejudica o planejamento de ações relacionadas às diferentes Funções Públicas de Interesse Comum. Um Sistema de Informações Metropolitanas servirá para compatibilizar os dados existentes, produzir informações com bases comuns e acompanhar a elaboração do PDUI. Um sistema de informações e monitoramento está entre as exigências previstas no Estatuto da Metrópole.